

MISOGINIA E ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF

*MISOGYNY AND GENDER STEREOTYPES IN THE
CONSTRUCTION OF DILMA ROUSSEFF'S PUBLIC IMAGE*

Elizabeth Christina de Andrade Lima

ecalima@terra.com.br

Doutora em Sociologia pelo PPGS/UFC, Mestre em Sociologia Rural pela UFPB, Professora Titular de Antropologia da UFCG, Líder do Laboratório de Cultura, Mídia e Política e do Grupo de Pesquisa do CNPq – Cultura Midiática e Práticas Políticas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3072-3624>

RESUMO

O artigo se propõe a realizar uma análise sobre a construção da imagem pública de Dilma Rousseff, a partir de uma clivagem de gênero, tomando como caso para análise a construção de sua imagem pública em momentos de suas campanhas, governo e processo de *impeachment*, que culminou com o seu afastamento definitivo da Presidência do Brasil, a partir dos discursos e imagens veiculados sobre ela em redes sociais como o Facebook e diferentes *Blogs*, além da consulta a revistas hegemônicas semanais, tais como *Veja* e *IstoÉ*. Ao final concluímos que a imagem pública de Dilma Rousseff foi entrecortada pela construção estereotipada do gênero feminino e que muito da violência a ela dirigida foi de natureza misógina.

Palavras-chave: estereótipos de gênero; misoginia; Dilma Rousseff.

ABSTRACT

The article proposes to accomplish an analysis on the construction of Dilma Rousseff's public image, from a gender cleavage, taking as a case for analysis, the construction of her public image at times of her campaigns, government and impeachment process, which culminated in her definitive departure from the Presidency of Brazil, based on the speeches and images conveyed about her in social networks such as Facebook and different *Blogs*, in addition to consulting weekly hegemonic magazines such as *IstoÉ*. In the end we conclude that Dilma Rousseff's public image was intercut by the stereotyped construction of the female gender and that much of the violence directed at her was of a misogynistic nature.

Keywords: gender stereotypes; misogyny; Dilma Rousseff.

INTRODUÇÃO

Passada a “festa” das comemorações dos que votaram e fizeram eleita, pela segunda vez, a ex-presidenta Dilma Rousseff, nas Eleições 2014, em uma campanha marcada por denúncias, desaforos e desrespeitos por parte dos candidatos que protagonizaram uma das campanhas mais vozes e destrutivas para a democracia brasileira, como demonstrado por Villa (2014), um fato nos chamou a atenção: a forte presença da mídia escrita, televisiva e das redes sociais, tais como o Facebook,¹ na tentativa de desconstrução da imagem pública (GOMES, 2004) da então eleita.

Fiz questão de, na semana seguinte a posse de Dilma Rousseff, pesquisar sobre a edição da capa e matérias de algumas das revistas semanais brasileiras, porque imaginei, que ao modo da primeira vitória, em 2010, ela seria ovacionada e tal feito, provavelmente, seria muito mais comemorado pelo aspecto histórico que tal fato representava, pois novamente marcava-se um protagonismo: a primeira mulher reeleita à Presidência do Brasil.²

A partir de uma realidade de invisibilidade, principalmente da mídia escrita, por meio das revistas hegemônicas semanais,³ para com a figura da recém reeleita presidenta e observando, por outro lado, a propagação de discursos de natureza misógina⁴ e pela exacerbação de enunciados repletos de palavras agressivas a ela dirigidas, particularmente em redes sociais, como o Facebook, de apoiadores dos outros candidatos, este artigo objetiva demonstrar que Dilma Rousseff vivenciou inúmeras dificuldades de governar e concluir o seu segundo mandato, para além de outros motivos, tais como os de interesses políticos e econômicos, pela maneira como ela foi apresentada, por exemplo, pelas revistas semanais e redes sociais, enquanto gestora e enquanto feminino.

Acredito que propor tal análise e de como foi possível à desconstrução de sua imagem pública⁵ é interessante na medida em que a visibilidade midiática é um fator fundamental na produção de sentidos nas sociedades contemporâneas. Em outras palavras, como defendem Miguel e Biroli, a mídia pode e deve ser pensada como uma esfera de representação, “como um espaço privilegiado de difusão de representações do mundo social e que, por isso mesmo, se estabelece como momento de uma representação especificamente política” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 5).

Foi notória, por parte dos referidos meios midiáticos, uma tentativa de desqualificar a sua imagem pública. O que se leu, ainda durante a campanha presidencial, e se continuou lendo, foi uma enxurrada de críticas ao seu governo e uma tentativa de associar a sua imagem a uma mulher “gerontona”, mal educada, incompetente, de orientação sexual homoafetiva, favorável ao aborto e ao chamado “sexo livre”, e a gestora, a escândalos de corrupção, à ineficiência administrativa, a incompetência para governar o Brasil.

Biroli (2018), em seu artigo *Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política*, antevê, com clareza, o que será tratado ao longo

desse *paper* e de como os *mass media*, ajudaram na construção de uma dada imagem para a ex-presidenta:

Em revistas semanais, a estigmatização de Rousseff como incompetente politicamente se deu no recurso a estereótipos convencionais de gênero, nos quais a mulher é associada ao destempero emocional. Em jornais diários, a construção da presidenta eleita em imagens que de certo modo anunciavam sua deposição dentro de um ambiente político no qual diferentes tipos de violência ganhavam legitimidade antecipava um ambiente político em que posições de recusa aos direitos humanos ganhariam maior espaço (BIROLI, 2018, p. 78).

O que se observou foi uma escala crescente de discursos e práticas que tentaram desqualificá-la como mulher e como gestora. Sejam nas redes sociais, como o Facebook, em páginas que se intitulam: “Dilma Sapatão” ou “Dilma Vadia”, *Impeachment* da “maldita” Dilma,⁶ entre uma gama de outras páginas do Facebook que estimularam o ódio contra a Presidenta e contra o PT, seja no formato de manifestações públicas, protestos contra a Presidenta – pedidos de *impeachment*, orquestrados e ocorridos no Brasil por manifestações de grupos que se auto intitularam de “Revoltados *on-line*”, “Vem pra rua”, “Movimento Brasil Livre” (MBL) e o “SOS Militares” –, vimos se repetir o discurso de repúdio e misoginia a ela dirigidos.

Nunca se viu e se leu tantas manifestações de desrespeito a uma figura pública. Mal a ex-presidenta assumiu o governo, as manifestações não cessaram de acontecer, em forma de frases violentas, tais como: “Dilma biscatona veia”, “Vai pra Cuba, comunista de merda”, “Vaca”, “Vagabunda”, “Balança que a quenga cai” entre outros adjetivos, escritos em formas de cartazes que foram expostos em diferentes dias de manifestações pelas ruas do Brasil, até o triste “Dilma, vai tomar no cu”, proferido por uma parte do público que assistia a abertura da Copa das Confederações, no de 2013, assim que a ex-presidenta foi apresentada ao público.

Com tanta visibilidade, ela ganha cada vez maior destaque, obviamente no aspecto negativo, o que certamente fortaleceu a possibilidade de seu afastamento por cento e oitenta dias da presidência para responder ao processo de *impeachment*, em votação ocorrida no Senado Federal no dia 12 de maio de 2016, com o desenrolar do processo aceito pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no mês de dezembro de 2015, e seu afastamento definitivo em 31 de agosto de 2016.

A DIFÍCIL INSERÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DA POLÍTICA PARTIDÁRIA

Não é novidade a afirmação de que a inserção da mulher nos espaços de disputa pelo poder político é, ainda hoje, bastante difícil. Basta ver os números para se observar a sub-representação do feminino nos espaços executivo e legislativo, em todas as esferas: municipal, estadual e federal,

pois é no contexto de um sistema patriarcal, sexista e estruturado numa divisão sexual do trabalho, que as mulheres, mesmo com uma ínfima presença nesses espaços, ainda tem que enfrentar diversos obstáculos e estigmas quanto à sua legitimação frente a um cargo público.

A ocupação de mulheres na vida política informal ou institucional tem sido compreendida pelos que se dedicam a essa temática – os intelectuais e o movimento feminista, principalmente – como um processo de transformação que transcorre entre o silêncio e a voz (PINHEIRO, 2007). Ou seja, há um entendimento de que a não participação feminina nas esferas de poder caracteriza a incompletude da Democracia Representativa.

Pinheiro (2007) destaca ainda que ao se discutir a importância da presença feminina nos espaços de poder, são levantadas questões que perpassam pela formação dos papéis sociais moldados entre o sexo masculino e o sexo feminino, em que muitas vezes podem estar escondidas sobre a justificativa e importância da mulher na vida política. A autora acredita que a ideia de defender a presença feminina na política se baseia na lógica da *política de presença*, na crença de que as melhores representantes para a população feminina são elas próprias.

Entretanto, as representações de que caberiam as mulheres se inserir na política para alterá-la e ressignificá-la imobilizam inúmeras possibilidades de compreender as transformações na esfera política, impulsionadas pela entrada desse novo agente político. Pinheiro (2007, p. 21) assevera que não há nada que garanta que a maior presença feminina signifique maior defesa dos interesses femininos. Pelo contrário, por essa lógica ocorre a naturalização de um fenômeno que é socialmente construído, e mesmo que demonstrem maior participação em áreas de maior vulnerabilidade da sociedade e aos papéis que exercem dentro da esfera privada não significa, porém, que exista uma espécie de vocação inata. Pinheiro (2007) complementa:

A noção de gênero constitui-se em um elemento central para a explicação do comportamento das mulheres na política institucional. Assim, há reconhecimento da existência de construções sociais a definirem o que é ser homem e o que é ser mulher, e de que essas mesmas construções orientam o estabelecimento de relações sociais, construindo “preferências” que resultam em comportamentos e em representações diferenciadas entre os sexos (PINHEIRO, 2007, p. 21).

Ao propor a utilização do termo gênero, Scott (1996) sugere que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informações sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Ela enfatiza que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, e que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. O termo gênero designa ainda as relações sociais entre os sexos, rejeitando, de maneira explícita, explicações biológicas que são utilizadas para justificar diversas formas de subordinação feminina. Em contraposição a isso, o termo gênero torna-

-se uma forma de indicar “construções culturais”, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Gênero, enfim, é uma categoria relacional.

Scott (1996) afirma ainda que gênero é uma categoria analítica. Ou seja, o conhecimento sobre a diferença sexual sempre relativo, produzido por amplos e complexos quadros epistêmicos que além de estarem presentes em ideias, estão também em instituições e estruturas, práticas cotidianas, e em tudo aquilo que constituiria as relações sociais. Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, como também o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Essas diferenças são símbolos culturalmente disponíveis que estão contidas em representações simbólicas, expressas em doutrinas religiosas, educativas, políticas e jurídicas. Assim,

Não se trata apenas de mulheres, ou de mulheres e homens em suas relações, mas da produção de sentidos simbólicos de masculino e feminino, sentidos que são social e historicamente variáveis, que constroem a possibilidade de identificação e construção dos sujeitos, e sentidos que também circulam socialmente de modos desiguais (ALMEIDA, 2020, p. 38-39).

Nestes termos, é possível identificar, pelo menos, dois aspectos importantes na definição de gênero. Primeiro, a ideia de que o biológico não é capaz de explicar os diferentes comportamentos de homens e mulheres, pois são produtos sociais, aprendidos, internalizados e reproduzidos. E segundo, a distribuição desigual de poder entre os sexos.

No campo do gênero, os homens, como sujeitos pertencentes à estrutura social posta, têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, são dominantes nos espaços públicos e de decisão, não necessitando submeter-se a outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres, também como sujeitos pertencentes à estrutura social vigente, muitas vezes precisam solicitar autorização a “primeira” categoria. Isso implica afirmar que se a autonomia, o poder de decisão e a maior ocupação de espaços privilegiam apenas uma categoria social de sexo, ficam patentes a hierarquia e a desigualdade.

A categoria de gênero pode ser entendida como elemento essencial para compreender as formas de entrada de mulheres na política e os papéis por elas desempenhados quando se estabelecem nesse meio. Esta permite-nos, ainda, entender algumas peculiaridades referentes à relação entre mulheres e a prática política.

Barbosa (2008) compreende a exclusão social e política da mulher na esfera pública pela dimensão relacional na qual homens e mulheres não se reconhecem como pares, mas como superiores e inferiores. “A invisibilidade política ou não presença provém da dimensão intrínseca de relações de domínio e subordinação, portanto de relações de gênero (BARBOSA, 2008, p. 1).

Comumente as carreiras políticas das mulheres tornam-se reconhecidas e se legitimam a partir da exaltação de certos “atributos e valores femininos” como uma exigência de uma sociedade pautada na reprodução e persistência do papel tradicional da mulher: mãe, esposa, dona de casa, cuidadora, abnegada, frágil, generosa. Dessa forma, essas mulheres se lançam nos espaços de poder a partir da constituição de imagens públicas de mulheres competentes, independentes e, sobretudo, detentoras de um diferencial no que se refere ao padrão de gestão masculino. Dessa forma, elaboram Miguel e Biroli (2011, p. 78), as mulheres utilizam-se do chamado “pensamento maternal” ou “política do desvelo”. Além de acionarem valores e atributos que transitam nos espaços sociais, associando e identificando as mulheres aos signos e estereótipos culturalmente criados e aceitos.

Estudos como os de Miguel e Biroli (2011) demonstram que, ao chegarem ao poder, há uma sub-representação das mulheres nesses espaços. Estas continuam condicionadas a pautas de cunho social (educação, políticas públicas, direitos humanos), que reforçam e reproduzem o papel social de cuidadora e de doação da mulher. Não que tais pautas se tratem de algo de menor importância ou relevância, mas acabam por privar a participação das mulheres em meios de maior visibilidade, como é o caso das comissões de orçamento ou de política econômica.

Ao tornar-se uma figura pública, adquirir visibilidade e reconhecimento social, as mulheres políticas passam a integrar a agenda de notícias e reportagens dos meios de comunicação. Sobre esse aspecto, alguns autores apontam para o papel de conformação do discurso midiático com o do senso comum, corroborando para a perpetuação da naturalização de noções definidoras de padrões e estigmas que envolvem as mulheres nas esferas privada e pública da vida social. Há uma espécie de reprodução e tentativa de manutenção dos papéis simbolicamente destinados às mulheres. Quanto a isso, Paiva (2008) afirma haver nessa arena midiática manifestações estereotipadas sobre as mulheres que disputam ou que já ocupam cargos de poder:

A grande questão é que o jornalismo de declaração, porque vinculado ao jornalismo-espetáculo, desvia quase sempre a discussão dos programas de governo, propostas dos candidatos, valores morais, etc., para se concentrar em mesquinhas políticas, assuntos menores, fofocas referentes, principalmente, à vida pessoal dos candidatos. Quando mulheres, então, logo se comentam o seu estado civil (se solteira, casada ou divorciada), a sua maneira de se vestir, o seu jeito de falar, os seus atributos físicos, etc (PAIVA, 2008, p. 20).

A tentativa dos *mass media* de estereotipar os gêneros, especialmente o feminino, permite a reprodução de um certo modelo de ser “mulher” acrescido ao atributo de gestora ou parlamentar; e muitas vezes tais classificações, previamente concebidas em nosso sistema de significação coletiva, tentam impingir uma espécie de “jeito de ser” que pode, ou não, coadunar com o que se encontra cristalizado culturalmente.

As mulheres, ao adentrarem no cenário político, necessitam mais do que os homens, já que estes desfrutam “naturalmente” de um “direito político” pelo fato de serem homens, de (re)afirmar valores morais, sociais e éticos (BIROLI, 2018). As mulheres, desde seu nascimento, são educadas, preferencialmente, a uma atuação na esfera privada, cuidados com a casa, irmãos, marido, filhos e a posição de recatada e obediente aos seus “tutores”, representados por uma figura masculina. Sob esse ponto de vista, as mulheres, ao disputarem um cargo público, acabam sendo conduzidas a manutenção e preservação desses valores. A candidata, seguindo essas exigências, deve apresentar-se enquanto uma boa esposa, dona de casa e mãe de família. Fugir a essas regras e valores parece ter peso fundamental no que se refere a sua escolha enquanto candidata. Sobre isso, Goffman (1982) nos ensina que: “os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem probabilidade de serem neles encontrados” (GOFFMAN, 1982, p. 5).

O direcionamento de estigmas e estereótipos dirigidos às mulheres políticas tem se mostrado uma prática recorrente. Os espaços de poder ainda são de difícil inserção para as mulheres, que devem se adequar aos papéis socialmente atribuídos a elas:

As mulheres estão habituadas à exigência de superqualificação, imposta aos integrantes de grupos subalternos que ingressam em espaços privilegiados. Elas sabem, ainda que de forma intuitiva, que lhes é cobrada uma competência superior para que possam exercer tais funções (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 94).

É nesse contexto de um sistema patriarcal, sexista e estruturado numa divisão sexual do trabalho, que as mulheres, apesar de sua presença nesses espaços, continuam a enfrentar diversos obstáculos e estigmas quanto a sua legitimação frente a um cargo público e tal realidade, não foi diferente para Dilma Rousseff. Desde suas primeiras aparições nas diferentes mídias, e durante suas campanhas eleitorais e seus dois governos sofreu desta desqualificação:

A presidente Dilma não só foi destacada como não-carismática, mas como aquela cujos discursos ultrapassavam o vazio do apelo e do conteúdo e eram sempre objeto de chacota e da falta dessa “qualidade” para governar. Não que isso não tivesse ocorrido com Lula, por sua linguagem, sua escolaridade, entre outros aspectos, mas em Dilma foi também a sua associação como “mulher burra” que fala “besteira” e não sabe o que diz (PINTO, 2018, p. 39).

A autora acima citada ainda acrescenta além dos atributos de não-carismática e burra, os de inábil politicamente, isto é, que em seus dois governos, não conseguiu estabelecer uma relação “amigável” com o chamado “varejo” da política. Ou seja, não ceder à política do “troca troca”, do “toma lá, dá cá” em troca de apoio político, prática corrente no cenário político brasileiro. E a autora muito acertadamente assevera: um traço da gestora que deveria ser destacado como certíssimo, que é não

ceder as pressões políticas por cargos, mensalões, mais poder, em troca de base de apoio, acabou sendo visto como um defeito, uma inabilidade da ex-presidente:

A ética como elemento constantemente acionado no discurso midiático também não contou nesse caso. Não se registram outras leituras possíveis, como por exemplo, a de que tal resistência poderia ser uma janela de oportunidade para estimular ou desnudar a forma viciada de negociação, abrindo caminho para outro formato de prática política (PINTO, 2018, p. 40).

Uma outra característica que foi bastante utilizada para desqualificar a imagem de Dilma Rousseff durante, principalmente, a sua primeira campanha a presidência foi a sua “suposta” falta de experiência para governar o Brasil, uma vez que nunca concorrera a nenhum cargo eletivo. Não ter competência para o cargo, surge, a partir de um viés de gênero e o viés político, como um atributo negativo, que deslegitima a sua candidatura. Ora, Dilma Rousseff tem uma biografia pessoal e pública extremamente interessante. Desde os 16 anos começa a se inserir em movimentos de defesa pela democracia, foi Secretária de Estado, Ministra de Estado e, ao longo de sua vida, superou e venceu diferentes demandas, como afirmar que uma pessoa dessa não tem experiência política? (AMARAL, 2011).

Ao se referir à campanha de João Dória à prefeitura de São Paulo (PSDB) e a do presidente eleito da França, Emanuel Macron, Pinto (2018) observa que a narrativa utilizada pela mídia é inversa aquela utilizada para caracterizar a candidatura de Dilma:

[...] o que foi apresentado como falta em Dilma se transforma, se reveste de sentido de virtude, não apenas nos discursos dos dois políticos, mas em especial na narrativa da mídia. Nesses candidatos, a inexperiência adquire a áurea de distanciamento da “velha” política e dos “velhos” políticos (PINTO, 2018, p. 43).

Como se ainda não fosse suficiente, Dilma também fora comparada a um “poste de Lula”, ou seja, uma mera continuidade deste, sem que a ela fosse atribuído nenhum qualificativo positivo. Nessa lógica de construção narrativa, quem na verdade governaria seria Lula, e Dilma apenas assistiria ao seu governo no camarote. Assim, durante suas campanhas teve que demonstrar, muito mais do que os outros candidatos, que tinha experiência, autoridade e autonomia para construir seu próprio governo, e tal feito não foi nada fácil porque ela, sem dúvida alguma, foi uma das figuras públicas da história recente da política brasileira que mais esteve exposta a toda sorte de desrespeito, principalmente, ao se acionar a categoria de gênero feminino e a violência de natureza misógina.

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E MISOGINIA DIRIGIDAS A DILMA ROUSSEFF

Na abertura da Copa das Confederações, realizada no Brasil em junho de 2013, a ex-presidenta Dilma, ao ser anunciada no Estádio, recebeu de parte da “torcida” um sonoro “vai tomar no cu”. Tal xingamento não é somente uma demonstração isolada de misoginia; desde que assumiu a presidência, Dilma foi alvo de todo tipo de manifestação preconceituosa, que vai desde as críticas ao seu guarda-roupa – facilmente podem ser consultados *sites* que ridicularizam o seu jeito de vestir-se: por exemplo, o vestido de renda, usado na cerimônia da posse em primeiro janeiro de 2015, foi comparado a um pano de mesa de centro; uma outra blusa, a penugem de um guiné; uma outra camisa ao mesmo tecido utilizado para cobrir um estofado; e por último, um vestido seu foi comparado a palha que recobre uma pamonha de milho – ou aos penteados de seu cabelo, e ainda a traços fisionômicos de seu rosto, por exemplo, seus dentes, que logo a fizeram de dentuça, comparando-a a Mônica, do desenho animado de Maurício de Souza e, finalmente, passam por formas pouco educadas de se referir a uma chefe de Estado. Ademais, Rodrigues (2014), em seu texto *A difícil tarefa de reagir a misoginia*, acrescenta:

São de uso comum expressões como “a mulher”, “a dona”, “a patroa”, modos naturalizados de se referir às mulheres como donas de casa, e forma de reduzir a importância da figura da Presidente da República. E não apenas entre os pouco escolarizados, como o porteiro que um dia desses dizia que estava tudo uma grande bagunça porque tinha uma mulher na presidência, mas também em episódios recentes em que um economista fez uma palestra pública para uma plateia majoritariamente feminina durante a qual só se referia à Dilma como “a mulher” (RODRIGUES, 2014).

O termo misoginia ganha destaque exatamente dentre os estudiosos de gênero e analistas do governo Dilma, uma dessas analistas é Márcia Tiburi. De acordo com ela, Dilma teve seu percurso de figura pública entrecortado por narrativas midiáticas e de discursos de oposição ao seu governo por práticas misóginas:

Ora, a misoginia é o discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema de dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas. Quero dizer com isso, que a luta pela democracia hoje se confunde com a luta contra a misoginia e todos os ódios a ela associados no espaço amplo do ódio à diferença (TIBURI, 2018, p. 106).

Assim que o nome de Dilma foi escolhido para a disputa eleitoral, no ano de 2010, críticas foram feitas pela imprensa a respeito de seu “temperamento forte”. A polêmica de que até mesmo Ministros teriam

se queixado ao Presidente Lula quando ela era Ministra da Casa Civil reforçou a sua representação de uma mulher “mandona”.

Para dirimir essas avaliações sobre o seu “jeito de ser” a candidata assim se expressou em seu *blog*, em 24 de dezembro de 2012: “Eu faço o seguinte: não exijo de ninguém o que eu não dou. Numa equipe, cada um tem de fazer o seu papel. Se me cabe fazer a coordenação, eu cobro prazo, realização e também presto contas. Isso é princípio elementar de trabalho em grupo” (ROUSSEFF, 2012).

Ao ser entrevistada pelo Jornal “*The Washington Post*”, no dia 25 de junho de 2015, a Presidenta afirmou crer que muito do que tem sofrido em termos de críticas ao seu governo passa por um recorte e preconceito de gênero, ao ser indagada pelo seu estilo de “*micromanager*”, ou seja, de chefe controladora ou centralizadora, ela assim se manifestou (DILMA DIZ QUE DESEMPREGO..., 2015): “Alguma vez você já ouviu alguém dizer que um presidente do sexo masculino coloca o dedo em tudo? Eu nunca ouvi falar disso”, comparou. “Eu acredito que há um pouco de preconceito sexual ou um viés de gênero. Sou descrita como uma mulher dura e forte que coloca o nariz em tudo e estou cercada de homens meigos”, contestou.

Ainda a respeito de seu suposto “gênio forte” e das especulações acerca de sua vida amorosa, algo bastante vasculhado por seus adversários, Dilma asseverou durante a campanha de 2010 em seu *blog*:

O preconceito no Brasil é uma coisa engraçada. Por exemplo, você estava falando dessa mulher dura, mandona. Você já viu algum homem ser chamado de mandão e durão? Eu fico sempre intrigada por que os homens são sempre meigos, bonzinhos, delicados. Outro dia, o Paulo Bernardo (ministro do Planejamento) ria muito porque ele falou que é o meigo-mor. Eu nunca vi, no Brasil inteiro, dizer que havia um homem duro. Outra coisa que achei interessante foi à investigação da minha vida amorosa. Cheguei à conclusão de que sou a única pessoa que tem vida amorosa no País (ROUSSEFF, 2010).

Nunca é demais lembrar que vivemos em uma sociedade patriarcal e essencialmente *falocêntrica*, ou seja, cingida pela superioridade masculina. O patriarcado exacerba a ideia de que mulheres, seus corpos e mentes são moldados por falos ou homens, moldados por sua vida sexual. Mulheres então são julgadas, independentemente de terem muitas relações sexuais com machos ou não se relacionarem com eles. A mulher que na disputa por espaços de poder, particularmente no ambiente da política, ousa ser incisiva ou ter pulso forte, a mulher que reivindica seu espaço num meio masculinizado como a política, sofre tentativas sucessivas de silenciamento. Um exemplo que descreve muito bem tal intento foi protagonizado pela Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB), que durante discussão das medidas provisórias 664 e 665, em maio de 2015, foi agredida fisicamente pelo Deputado Federal Roberto Freyre (PPS) e verbalmente pelo também Deputado Federal Alberto Fraga (DEM) que,

em uma atitude extremamente machista e com a intenção de desqualificá-la afirmou: “a mulher que participa da política como homem e fala como homem também tem que apanhar como homem”.

Outro exemplo é como várias pessoas que são oposição ao PT chamam tanto Lula quanto Dilma de “ladrões”, mas, não sem coincidência, somente Dilma tem sua sexualidade questionada (talvez por não se encaixar no modelo de feminilidade exigido para as mulheres, por ser uma mulher divorciada ou por ser, novamente, uma liderança com poucos traços do que se espera de uma mulher patriarcal em qualquer espaço; a docilidade, a gentileza e a necessidade de agradar a todos sobre o que se espera de uma mulher) ou é duramente chamada de “mulher macho” ou de “masculina”, não por se assemelhar com indivíduos masculinos e da forma como eles pensam e agem social e politicamente, mas sim por ousar não se enquadrar no que a feminilidade exige de indivíduos femininos.

Por isso que um tema que congestionou as redes sociais durante a campanha de 2010 da ex-presidenta Dilma foi a sua orientação sexual. Sendo uma mulher sozinha e divorciada, acabou por ser “alvo fácil” para se colocar a sua condição heterossexual em dúvida. Foi postado na rede a mensagem de que Dilma Rousseff teria mantido uma relação homoafetiva estável como uma moça chamada Verônica, que havia trabalhado em sua casa como doméstica, e de que estaria entrando na Justiça para exigir o pagamento de uma pensão (ROUSSEFF, 2012).

Novamente esbarra-se com outro “tema tabu” na cultura brasileira. Schwartzberg (1978) afirma que uma das pré-condições para alguém ser um estadista é este ter uma família – cônjuge, filhos, além de animais de estimação. Só que esta família deve ser composta por um homem e uma mulher e jamais por dois homens ou por duas mulheres. A “carta da manga” dos opositores e simpatizantes a outras candidaturas apostam nessa notícia acreditando no desgaste da imagem pública de Dilma Rousseff. No Brasil o “atestado de heterossexualidade” é outra condição para o indivíduo pleitear um cargo da envergadura da Presidência da República; é como se a orientação sexual interferisse diretamente na capacidade ou no direito do cidadão em assumir certos cargos ou como se não fosse lícito fazer certas escolhas.

Apesar dos avanços, do ponto de vista do Direito, na garantia dos homoafetivos, como a recente aprovação e regulamentação do direito civil da união entre pessoas do mesmo sexo e da tramitação de um projeto de lei no Congresso Nacional que busca definir como crime a prática da homofobia, a sociedade brasileira ainda está bastante longe do respeito à diversidade sexual. O preconceito campeia as relações homoafetivas e a prática da homofobia é mais comum do que é possível imaginar.

Assim quando brasileiros usam o termo *sapatão* (bem como outros termos que façam referência à lesbianidade de forma ofensiva) para se referir a uma mulher que faz parte da política, independentemente da

sexualidade da mesma, como as dirigidas a Dilma, isso se faz, entre outras coisas, com o objetivo de fazer com que mulheres sintam-se impulsionadas a se distanciar desta mulher ao invés de apoiá-la e de lutar com e por ela como também, de desqualificá-la como estadista por sua “suposta” orientação sexual.

Outro acontecimento marcante de prática de misoginia dirigido a ex-presidenta ocorreu no dia 08 de março de 2015, Dia Internacional da Mulher. Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e televisão, discursava para os brasileiros e para as mulheres em seu dia e recebeu, concomitantemente, um “panelaço” ocorrido em várias cidades brasileiras. Posteriormente observou-se que tal “panelaço” ocorrera preferencialmente em áreas nobres das cidades como uma forma de retaliação a ela. Não obstante, o que chamou atenção não foi o “panelaço” em si, costume já existente, por exemplo, no País vizinho, Argentina, onde a população costuma ir às ruas para realizar “panelaços” para reivindicar diversas melhorias em seu País, mas os adjetivos utilizados para agredir a ex-presidenta, tais como “vaca”, “puta”, “arrombada”, enquanto as painelas eram batidas. Sobre isso, a jornalista Marina Rossi, no Jornal *El País*, de março de 2015, assim se expressou:

Durante o pronunciamento em rede nacional de Dilma Rousseff no Dia Internacional da Mulher em 2015, centenas de brasileiros, em 12 capitais do país foram até as janelas e sacadas dos prédios e bateram painelas para se manifestar contra a presidenta. Piscaram as luzes de casa, buzinaaram nos carros e gritaram. Além do barulho da colher no teflon, foi possível ouvir xingamentos, como ‘vaca’, ‘puta’ e ‘arrobada’, direcionados à presidenta (ROSSI, 2015).

Tais demonstrações de ódio exacerbaram uma contundente expressão de misoginia, além de tudo, como asseverou Leonardo Sakamoto, em seu *blog*, em março de 2015:

É preciso muita coragem para gritar a plenos pulmões que alguém é “vaca” da janela do apartamento, com todos os vizinhos e os transeuntes na rua olhando. Coragem ou a certeza de que nada vai acontecer. Porque talvez a pessoa saiba que vivemos em uma sociedade misógina, que premia esse tipo de comportamento. Uma sociedade que é incapaz de fazer críticas ou demonstrar insatisfação e indignação sem apelar para questões de gênero. Chamar de “vaca” não é fazer uma análise da honestidade e competência de alguém que ocupa um cargo público e sim uma forma machista de depreciar uma mulher simplesmente por ser mulher. De colocá-la no seu “devido lugar”, que é fora da política institucional (SAKAMOTO, 2015).

A violência simbólica que está por trás do uso do termo “vaca”, como explicitado acima, revela ainda, um desejo e intenção expressas de desconstrução do “outro”, de desqualificar o seu lugar social, como indevido, como um não-lugar (AUGÉ, 1994). Como não sendo o ambiente da política, particularmente da presidência do Brasil, o lugar adequado

para a mulher, porque ela nada mais é que uma “vaca”. Nada mais misógino e machista que isso.

Quaisquer xingamentos à Dilma diminuem ou reduzem a condição da ex-presidenta pelo fato de ela ter nascido mulher, este é que é o problema e não o “panelaço” em si, no entanto, a própria escolha de uma panela para protestar contra ela parece algo bastante emblemático. Luzia Álvares (2015), ao comentar para o *blogspot* sobre o uso de panelas, e não de outro objeto, assim assevera:

Por que utilizar justamente uma *panela* para protestar contra a primeira presidenta mulher eleita em nosso País? Certamente há objetos muito mais eficazes para se fazer barulho, então qual a razão da escolha das panelas? Cogitar de coincidência parece pouco verossímil, sobretudo em se tratando de uma sociedade notadamente misógina e patriarcal como é o caso da nossa. A intenção por trás do objeto escolhido é, sem dúvida, construir esta óbvia alegoria machista que visa introjetar subliminarmente a mensagem de que o lugar de Dilma é na cozinha, e não no Palácio do Planalto (ÁLVARES, 2015).

Nestes termos, então, tanto o objeto panela, quanto os adjetivos “vaca” e “vagabunda” são a expressão de uma prática violentamente misógina e igualmente de ódio dirigida a ex-presidenta. Destruí-la, desconstruí-la como mulher e como estadista parece ser a condição para aplinar o descontentamento por ela ter sido eleita.

Como se não fosse suficiente todas as práticas de misoginia a ela dirigidas em forma de cartazes expostos em manifestações, em frases com conteúdos violentos, postadas em diferentes redes sociais, em vídeos, em montagens de imagens, charges etc, foi surpreendente a circulação pelas redes sociais de imagens de montagens feitas com o corpo da ex-presidenta em que ela aparece de pernas abertas. Tais adesivos, segundo a montagem realizada, foram colados no bocal do tanque para abastecimento de veículos, e que quando abastecidos, passassem a ideia de que a bomba de gasolina penetrava sexualmente a ex-presidenta:

A partir da interpretação esboçada, subjaz a existência de relações de poder, de dominação e de resistência, de conformação ou de embate à hierarquia e, sobretudo, do desejo incessante por parte de grupos partidários de ideologias arbitrárias em preservar a manutenção da monovalência dos signos, as desigualdades sociais e históricas de gênero e os desníveis de poder entre os gêneros, o que se traduz em condições para manter uma ordem social que favorece seus interesses específicos, principalmente no que tange à detenção do poder político como apanágio exclusivo do masculino, guiado por códigos sexistas, o que exclui as mulheres e busca delimitar o lugar que se quer dar ou negar a elas na esfera pública e política (PRIORI ; POLACO, 2016, p. 43).

Tais adesivos foram colocados à venda no *site* de compras “Mercado Livre”, mas diante da ação da então Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), por meio da ministra Eleonora Menicucci, encaminhou

ao Ministério Público Federal, à Advocacia Geral da União (AGU) e ao Ministério da Justiça, pedindo providências para responsabilizar quem produziu e veiculou tais adesivos. O produto estava disponível no site “Mercado Livre”, mas diante da repercussão negativa, o anúncio foi retirado do ar.

A violência simbólica de tal adesivo é tão evidente que chega a ser cruel. O adesivo simula inclusive algo que deveria ter recebido o repúdio de todas as mulheres, porque ele simula um estupro e nesse caso, um estupro coletivo. Simbolicamente é como se Dilma, ao ser coletivamente estuprada, estivesse sendo punida por não ser capaz de conseguir impedir o aumento do preço da gasolina:

Isto demonstra que a ideia de punição adotada pelo discurso enunciado perpassa uma questão de gênero, ao submeter Dilma Rousseff ao referencial falocêntrico, ou seja, o falo é entronizado como um atributo corretivo da insubordinação feminina e política. O falo é usado simbolicamente como uma arma para ferir e punir. [...] o falo pode ser constituído como um símbolo de virilidade, que toma por base as diferenças entre os corpos biológicos para fundamentar a diferença social e as hierárquias entre os gêneros (PRIORI; POLACO, 2016, p. 48-49).

Em julho de 2015, em algumas notas de repúdio de movimentos organizados em defesa dos direitos das mulheres, foi possível encontrar enunciados tais como o descrito abaixo:

A liberdade de expressão tem limites regulados em lei. Qualquer tentativa de protestar contra o aumento do combustível ou contra a chefe do Executivo brasileiro ultrapassou os direitos de imagem, e passou a configurar afirmação de violência contra a mulher. A imagem da mulher no adesivo remete a mensagem de uma violência sexual, o que por si é uma expressão inadmissível de suportar diante do atentado a dignidade sexual que convivemos cotidianamente. Além disso, a mulher em questão é a Presidenta da República, o que reforça a violência sexista que enfrenta a mulher na política. As mulheres brasileiras se sentem ofendidas, desrespeitadas. Expressões como essa não retratam o exercício de democracia. É escárnio, deboche, é violência contra a mulher!⁷

A aposta no escárnio, no deboche e na violência contra a mulher expondo a ex-presidenta Dilma a essa experiência vexatória e de violência, a essa situação ridícula e extremante misógina, parece, por fim, ter um fim bastante estratégico do ponto de vista do senso comum e dos setores mais conservadores da sociedade brasileira: desconstruir o feminismo porque ele é uma força que põe em perigo e pode desestabilizar a dominação masculina e a ordem do patriarcado presente em nossa cultura, na sociedade e na política.

Antes de concluir esse tópico, remeto-me a mais duas outras situações marcadamente misóginas, sofridas pela ex-presidenta. A primeira diz respeito a uma matéria que foi publicada pelo Jornal Correio Popular, no dia 21 de março de 2016, intitulada “uma pessoa para namorar

Dilma”, escrita pelo jornalista Joaquim Mota. Na matéria lê-se trechos como os seguintes:

[...] Se abrisse o coração para um relacionamento, tendo companhia de alguém para compartilhar os eventos e as emoções, talvez pudesse expandir os horizontes e sair um pouco desse escafandro de guerrilheira e autoridade obstinada. [...] Agora Dilma deve pensar e agir mais como mulher, mãe e avó. E decidir afetuosamente, pelos milhões de brasileiros que equivalem a seus filhos (MOTA, 2016).

O enxerto do discurso, acima descrito, coloca claramente a visão misógina que se pauta no medo do feminino, ou seja, no medo da mulher emancipada, que opta por uma experiência de vida na qual a figura masculina não serve de couraça de proteção afetiva e de dependência de que natureza for; ao observar-se a figura de mulher tão “dura”, o autor apela, para a feminilidade de Dilma, que precisa se sensibilizar pois afinal é “mulher, mãe e avó” e, portanto, assim deve ver o Brasil, como um ente feminino e seu povo, como seus filhos. Por acaso, o leitor já leu tal comparação e necessidade de tratamento ser cobrado ao gênero masculino? Já foi solicitado a um político ver o seu país com o olhar de homem, pai ou avô? É por isso que esse discurso, não só é evado de estereótipos do gênero feminino, como igualmente caracteriza-se por uma construção misógina e altamente violenta a figura da mulher política.

Por último, proponho algumas reflexões sobre uma matéria digital veiculada pela revista IstoÉ, em primeiro de abril de 2016, e distribuída em seu formato impresso em seis de abril, e que traz na capa a imagem de uma Dilma enlouquecida e com a seguinte manchete:

As explosões nervosas da Presidente. Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 32-39).

Escreveu Charaudeau, em seu “Discurso das Mídias” (2006, p. 38) que “a linguagem é cheia de armadilhas” e acrescentaria, armadilhas, sobretudo, simbólicas, pois o enunciado, antes de tudo, significa e, ao significar, oferece distintas possibilidades de interpretação.

Na matéria assinada pelos jornalistas Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco, em oito páginas, o que se vê é a construção da imagem pública de uma mulher, no mínimo, à beira da loucura. Asseveram eles:

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exhibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 34).

A narrativa construída pelos referidos jornalistas tenta desconstruir a imagem de Dilma, impingindo a ela a característica de uma mulher desequilibrada que, por não “suportar as pressões” por “tantas denúncias” a ela dirigidas e, na imanência de perder o cargo, reage da forma mais negativa e triste possível: destratando e desrespeitando os seus subordinados e depredando o patrimônio público. Com base em tal construção narrativa, cabe aqui apresentar o que formula Charaudeau (2006), quando defende que:

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolhas de formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas (CHARAUDEAU, 2006, p. 39).

O efeito de sentido esperado pela matéria da aludida revista não é outro senão o de desqualificar Dilma Rousseff de suas competências para continuar a exercer o cargo de presidenta do Brasil. Como o leitor pode continuar a apoiar uma gestora cuja saúde mental se encontra tão debilitada? E continua a matéria a fazer suas denúncias de forma apócrifa, já que nenhuma fonte é citada sobre a veracidade das informações coligidas:

Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. [...] dispara palavrões aos borbotões a cada nova e frequente má notícia recebida. [...] Há duas semanas, ao receber a informação da chamada “delação definitiva” em negociação por executivos da Odebrecht, Dilma teria, segundo o testemunho de um integrante do primeiro escalão do governo, avariado um móvel de seu gabinete, depois de emitir uma série de xingamentos. Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante. A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 34).

Quebrar móveis, depredar o bem público, “sustentar-se em pé” a base de calmantes, um deles, inclusive, utilizado para pacientes com esquizofrenia é o quadro que é apresentado sobre a saúde mental da Presidenta. E continua a narrativa sobre o seu descontrole mental, segundo os citados jornalistas, desta feita amparando-se no saber médico:

O modelo consagrado pela renomada psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross descreve cinco estágios pelo qual as pessoas atravessam ao lidar com a perda ou a proximidade dela. São eles a negação, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação. Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. Além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 36-37).

No discurso acima, concretiza-se aquilo que Charaudeau (2006) denomina de “efeito de verdade”, ou seja, de que ele estaria baseado na convicção. “O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de credibilidade, isto é, aquilo que determina o “direito à palavra” dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida (CHARAUDEAU, 2006, p. 49).

O “saber médico” chancela o descontrole emocional da presidenta, restando então, ao leitor, a convicção de que Dilma perdeu o equilíbrio emocional. Para completar esse raciocínio, acrescenta a matéria:

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. [...] Os surtos, os seguidos destemperos e a negação da realidade revelam uma presidente completamente fora do eixo e incapaz de gerir o País (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 37).

O artigo se encerra com a narrativa de um outro jornalista, Antonio Carlos Prado, que, subliminarmente, faz uma comparação do comportamento “transloucado da presidenta” com o comportamento exibido por Dona Maria I, mãe do regente Dom João VI, que entrará para a História conhecida com Dona Maria, a louca.

Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade. No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuentes” para tratar desses casos. Sua fórmula, no entanto, pouco resultado obteve com a paciente Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança, que a história registra como “Maria I, a Louca”. Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e, por decorrência geopolítica, a primeira rainha do Brasil. O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 39).

A referida matéria produziu, nas redes sociais, pelo menos uma dezena de matérias denunciando o caráter machista e misógino desta notícia sobre o comportamento supostamente “transloucado” da Presidenta, chegando a revista, como visto, compará-la a “Maria I, a louca”. Por exemplo, no *site* Sul21 pode-se ler o seguinte manifesto de movimentos feministas, publicado no dia 02 de abril de 2016:

Um ataque às mulheres! É um acinte, um desrespeito e uma violência contra todas as mulheres a capa da Revista IstoÉ com um texto vexami-

noso, utilizando todos os estereótipos e adjetivos machistas e misóginos, para desqualificar uma mulher na Presidência do Brasil! (#ISTOÉ-MACHISMO..., 2016).

Tal intento, ao que tudo indica não é só o de passar a ideia de que a Presidenta estaria mentalmente desorientada e emocionalmente perturbada, mas de desconstruí-la como mulher estadista, novamente reforçando o ideal machista de que o lugar da mulher não é na política, muito menos no mais alto cargo de poder do Brasil, por ser a mulher emocionalmente frágil, perturbada quando sofre pressão ou quando é levada a ter que tomar “sérias decisões”. Mais uma vez a tentativa extremamente violenta é de desqualificar a mulher para a vida pública:

O que aconteceu com Dilma Rousseff nos ensina a compreender o funcionamento de uma verdadeira máquina misógina, máquina do poder patriarcal, ora opressor, ora sedutor, a máquina composta por todas as instituições, do Estado à família, da Igreja à escola, máquina cuja função é impedir que as mulheres cheguem ao poder e nele permaneçam (TIBURI, 2018, p. 106).

Em outras palavras, o que Tiburi (2018) faz acima é chamar a atenção para uma prática sistemática de impedimento para que a mulher ocupe espaços de poder, seja ele na política ou em outras atividades laborais. As “engrenagens” da misoginia, da estigmatização de gênero e do sexismo são acionadas para exatamente frear, impedir, tais inserções. E uma estratégia amplamente utilizada e dirigida às mulheres políticas é exatamente o uso de práticas de ódio como expressão de sentimentos. Tema que me dedicarei a seguir.

O ÓDIO COMO EXPRESSÃO DE SENTIMENTOS

Putá, piranha, vadia, vagabunda, quenga, rameira, devassa, rapariga, biscate, piriguete. Quando um homem odeia uma mulher – e quando uma mulher odeia uma mulher também – a culpa é sempre da devassidão sexual. Outro dia um amigo, revoltado com o aumento do IOF, proferiu: “Brother, essa Dilma é uma piranha”. Não sou fã da Dilma. Mas fiquei mal. Brother: a Dilma não é uma piranha. A Dilma tem muitos defeitos. Mas certamente nenhum deles diz respeito à sua intensa vida sexual. Não que eu saiba. E mesmo que ela fosse uma piranha. Isso é defeito? O fato dela ter dado pra meio Planalto faria dela uma pessoa pior? [...] Baranga, tilanga, canhão, dragão, tribufu, jaburu, mocreia. Nenhum dos xingamentos estéticos tem equivalente masculino. Nunca vi ninguém dizendo que o Lula é feio: “O Lula foi um bom presidente, mas no segundo mandato embarangou.” Percebam que ele é gordinho, tem nariz adunco e orelhas de abano. Se fosse mulher, tava frito. Mas é homem. Não nasceu pra ser atraente. Nasceu pra mandar. Ele é xingado. Mas de outras coisas. Filho da puta, filho de rapariga, corno, chifrudo. Até quando a gente quer bater no homem, é na mulher que a gente bate.

A maior ofensa que se pode fazer a um homem não é um ataque a ele, mas à mãe – filho da puta – ou à esposa – corno. Nos dois casos, ele sai ileso: calhou de ser filho ou de casar com uma mulher da vida (DUVIVIER, 2014).

[...] Na noite do último 8 de março, Dia Internacional da Mulher, fui surpreendido por um ensurdecedor barulho de panelas sendo batidas na minha vizinhança, em um bairro da zona nobre do Rio de Janeiro. Era a reação a um pronunciamento televisivo da Presidente da República. O protesto, legítimo como qualquer protesto deve ser, vinha acompanhado de gritos, majoritariamente masculinos, de “vaca” e “piranha”. Quase duzentos anos depois de Joana Angélica ter sido massacrada na Bahia por se interpor em um conflito político “de homens”, a sociedade brasileira ainda admite, inclusive dentro do Parlamento, que mulheres em função pública sejam estigmatizadas pelo fato de serem mulheres. O aprendizado político, enquanto aprendizado para a vida, requer a percepção de que a participação no espaço público é um direito das mulheres. Tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz (ELIAS, 2015).

Propositadamente tomei de empréstimo os dois discursos acima, o primeiro escrito por Gregório Duvivier (2014), na Folha de São Paulo e, o segundo, por Rodrigo Elias (2015), para a Revista de História da Biblioteca Nacional, porque acredito que eles expressam muito bem o dilema, para não dizer o drama, da sociedade brasileira quando a questão é a disputa por espaços de poder, particularmente o espaço político e o seu recorte de gênero.

Não há com negar que a ex-presidenta Dilma Rousseff foi, e ainda continua sendo, exposta a toda sorte de práticas de ódio, de misoginia e de expressões de desrespeito pelo fato de ser mulher, o que se questiona nas frases de efeito propaladas por vozes ou escritas por mentes e mãos raivosas não é tão somente o seu governo e as ações de seu governo, mas ela enquanto *persona* feminina, enquanto mulher que “ousa” ocupar um espaço que não é “legitimamente seu” é um espaço que ela “usurpou”, mesmo tendo sido, paradoxalmente, eleita pelo voto popular.

O ódio como uma espécie de motor das manifestações contra a ex-presidenta Dilma nas ruas e nas redes sociais não é novidade para quem acompanhou todo esse movimento, mas merece algumas reflexões sobre as razões de tamanha expressão. Obviamente as estruturas de comunicação, particularmente a internet, trataram de dar visibilidade a tal sentimento munido de toda uma expressão de ressentimento. A zona cinzenta, a qual faço menção, é exatamente o espaço entre o ódio e o amor marcado por uma liminaridade, por um interstício que chamo de expressão de ressentimento.

Ao buscar as possíveis razões para exacerbação de tais ressentimentos nutridos por expressões de ódio e misoginia dirigidos à presidenta, obviamente entrecortados por uma relação de gênero que busca inferior-

rizar o feminino e enaltecer o masculino, creio que um outro elemento analítico pode entrar em cena para justificar tais sentimentos: a campanha de 2014 foi marcada, como já expressei páginas atrás, por uma forte disputa entre os candidatos. Ao serem computados os votos e oficialmente ser comunicado a vitória, pela segunda vez, de Dilma Rousseff, o processo eleitoral não cessou, ele continuou a existir nos discursos inflamados da oposição representada principalmente pelo PSDB, partido que disputou com o PT o segundo turno das eleições, protagonizado pelo candidato à presidência Aécio Neves.

A derrota de Dilma Rousseff era dada como certa pela oposição e a quebra de expectativas que ocorreu com o anúncio de sua vitória foi de tal monta que logo se levantou a suspeita de uma possível fraude e reações inflamadas começaram a surgir por parte dos(as) antipetistas mais ferrenhos(as), criando um clima propício para quem quisesse protestar contra a situação de alguma forma (ROCHA, 2019, p. 162).

Inicia-se pós-eleição todo um conjunto de manifestações inclusive pró-*impeachment* da presidenta eleita. Milhares de pessoas em todo o Brasil marcam, principalmente via redes sociais, manifestações para criticar o seu governo. Em algumas dessas manifestações era possível ler cartazes com frases tais como: “Dilma biscatonas veia”; “Bolsa Família é coisa de vagabundo”; “Vai pra Cuba, comunista de merda”, entre outras ofensas (MIGUEL, 2019). “Apenas seis dias após a vitória da petista, Paulo Batista convocou, a partir de sua página do Facebook, o primeiro protesto pró-*impeachment* de Dilma Rousseff que teve 100 mil confirmações *on-line*” (ROCHA, 2019, p. 163).

E acrescenta:

[...] Quinze dias após o primeiro protesto, foi convocada uma segunda manifestação na Avenida Paulista pelo grupo Revoltados On-line [...] Após o segundo protesto se seguiram ainda mais três eventos similares até que, no dia 15 de março de 2015, o MBL em conjunto com o Vem pra Rua e o Revoltados On-line convocaram uma manifestação que teria reunido um milhão de pessoas na Avenida Paulista, segundo a Polícia Militar e 250 mil segundo o Instituto Datafolha (ROCHA, 2019, p. 164).

Para entender, com mais elementos analíticos o que aconteceu no ano de 2015, que levou ao processo de *impeachment* da ex-presidenta e seu afastamento definitivo em 30 de agosto de 2016, é necessário retomar o ano de 2013 e, principalmente 2014, momento no qual o país assiste a várias manifestações contrárias, principalmente ao PT e ao governo Dilma. Nesse ínterim, o papel desempenhado pelos partidos e pessoas auto-proclamadas como de direita, por meio do uso das redes sociais, particularmente o Facebook, são fundamentais para arregimentar pessoas favoráveis a tais mobilizações. Movimentos como o Vem pra Rua, Ultraliberais e o Movimento de Renovação Liberal, por exemplo, se muniram de um discurso de rechaçar a corrupção e escolheram o Partido dos Trabalhadores (PT) e parte de seus membros, como seus algozes.

Consequentemente, Dilma Rousseff passa, da noite para o dia, a ser a inimiga número um do Brasil, e Lula o grande chefe da quadrilha que estava assaltando o país. O julgamento apressado e seletivo da Operação Lava Jato, que sem demora puniu o PT e acusou a Lula, levando-o a ficar preso na Polícia Federal de Curitiba, influenciou a construção dessa narrativa, retroalimentada diuturnamente pelos *mass media*:

Reportagens em jornais e redes de televisão, processos judiciais, investigações policiais e boatos gerados na internet retroalimentaram-se, gerando uma nuvem de informações verdadeiras, duvidosas, indubitavelmente falsas que estigmatizava PT – e, por consequência, toda a esquerda – como encarnação da desonestidade e do mal. Entre os rumores mais absurdos fabricados e disseminados na internet e a cobertura tendenciosa de jornais e emissoras de televisão não há uma fronteira e sim um *continuum*. [...] Mas o noticiário enviesado fomentava a visão maniqueísta do público e, assim, consolidava o ambiente mental que permitia que mesmo as falsificações mais disparatadas ganhassem foro de verdade. Assim, as pesquisas realizadas nas passeatas pelo impeachment de Dilma mostraram que a maioria dos presentes concordavam com a afirmação como as de que o filho de Lula era o proprietário da Friboi, de que a facção criminosa Primeiro Comando da Capital era o braço armado do PT ou de que os governos petistas trouxeram milhares de haitianos para fraudar as eleições no Brasil (MIGUEL, 2019, p. 25-26).

A partir dessas crenças e de uma profunda ojeriza a quase tudo que foi realizado como plano de governo do PT, acontece uma inversão e desconstrução desses projetos e passam a ser ordem do dia frases de efeito tais como: “eu defendo a meritocracia”, “abaixo os vagabundos”, “quero meu país de volta”, “o Brasil não vai virar uma Venezuela”, “abaixo o PT”, “abaixo o comunismo”, “sou contra a Lei de Cotas”, “abaixo o Bolsa Família que só financia preguiçoso”, etc.

O antipetismo e o anticomunismo passaram a ser os discursos da ordem do dia. Doravante, expressões como conservador, de direita, defensor da família, heterossexual, patriota, passam a ser adjetivos valorizados e replicados nas redes sociais e mídias nacionais. “Assim, antpetistas indignados com a corrupção do outro, e anticomunistas do nada, tomaram as ruas para produzir o texto para os grandes conglomerados de mídia nacionais repercutirem, o que ocorreu, em tempo real” (AB’SÁDER, 2015, p. 36).

O fato é que Dilma não teve um só dia de sossego, ao assumir o seu segundo mandato. Pressões, oposições, falta de base de apoio político, jurídico e midiático vinham de todos os lados, o boicote ao seu governo, parece ter sido a palavra de ordem. Não à toa que o candidato derrotado a vice-presidência na chapa de Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), chegou ao absurdo de afirmar: “não quero que ela saia, quero sangrar a Dilma” (MIGUEL, 2019, p. 161), mais ódio que isso, impossível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Dilma Rousseff disputou pela primeira vez as eleições para presidente, no ano de 2010, teve que lidar com inúmeros desafios, o maior deles, talvez, o machismo. Sua imagem, como visto, foi atacada de diversas formas. Questionaram sua sexualidade, sua vida íntima, sua racionalidade, sua competência para governar o Brasil. Na disputa de 2014 não foi diferente, apesar de estar no cargo há quatro anos, Dilma sofreu os mesmos ataques da eleição anterior com o diferencial do uso exagerado das mídias sociais para atingir e desqualificar a sua imagem pública. No ano de 2015, e no seu afastamento final, em agosto de 2016, por meio do processo de *impeachment*, questionou-se tudo o que acima já tinha acontecido com sua imagem pública, mas, desta feita, com muito mais violência prática e simbólica, a ponto de ser questionada até a sua “sanidade mental”.

A construção e desconstrução da imagem dos candidatos durante o processo eleitoral faz parte do espetáculo político. O candidato ou candidata deve se apresentar e encenar a fim de convencer o público, ou seja, os votantes. Toda a imagem do postulante passada através dos veículos de informação tem o objetivo de orientar a escolha do eleitor. No ambiente virtual essas informações tomam uma dimensão completamente diferente da que pode ser percebida na televisão, pois a internet permite a interação dos atores políticos envolvidos.

Se por um lado essa interação facilita na construção das imagens que os políticos pretendem passar para seu eleitorado, por outro, a interação maximiza os efeitos da desconstrução dessas imagens. No caso de candidaturas femininas, o processo de desconstrução ou retirada de legitimidade política, que é a base da representação, é quase sempre feita sob a lógica sexista presente na sociedade. As desconstruções que os políticos sofrem durante o processo eleitoral passam pelo recorte de gênero. As mulheres que se lançam no mundo público têm como desafio enfrentar essa realidade do sexismo. Durante toda a campanha de 2014 foi possível observar, com clareza, a forma hostil com que muitos eleitores se dirigiam às candidatas nas principais redes sociais em uso no Brasil. Xingamentos, ofensas à sua imagem e ao seu corpo foram destilados nos mais diversos perfis virtuais.

Como visto ao longo do artigo, não é fácil ser do gênero feminino em uma sociedade marcada pela dominação masculina, mais difícil ainda parece ser a disputa por espaços de poder político. Tal ambiente, marcado em sua maioria pelo gênero masculino, não vê com bons olhos a convivência, o diálogo e o trabalho em comum com o outro gênero.

Pela primeira vez assistimos à ascensão de uma mulher ao mais alto cargo do Brasil, a Presidência da República, e por ironia, assistimos, igualmente a sua queda, em um processo que dividiu e continua dividindo o País.

Assim, com uma última reflexão, me pergunto e ao mesmo tempo deixo para reflexões posteriores, se uma das causas que motivaram as práticas de misoginia e de desrespeito à mulher Dilma Rousseff, e que eclodiu com sua saída da presidência, não foi a sua identidade de gênero? Será que se o presidente fosse um homem, ele teria recebido os mesmos ataques a ela dirigidos? Creio que não. E diria ainda mais: a presidente Dilma incomodou e incomoda porque, por ser mulher, ela abala a ordem estabelecida, que é baseada na dominação masculina. Os discursos de misoginia a ela dirigidos, como alguns dos reproduzidos nesse *paper*, intencionam abalar o feminismo, personificado na primeira mulher eleita presidente do Brasil.

Dilma Rousseff, por sua representação de primeira mulher eleita Presidenta do Brasil e por sua biografia pessoal e pública, bem poderia ser o ícone, o arquétipo de uma nova sociedade; talvez por isso ela incomode tanto, porque ela desestabiliza, ela conflitua, ela põe em xeque a ordem estabelecida. Por isso ela é uma “vaca”, uma “vadia”, um “bode expiatório” para aqueles e aquelas que pretendem continuar no mesmo, na ordem do sempre que enquadra e classifica, violentamente, os lugares do ser homem e do ser mulher.

NOTAS

1. Facebook pode ser traduzido literalmente como “livro de caras”, em que “face” é cara (ou caras) e “book” é livro. Facebook é a rede social mais popular no Brasil, tendo sido criada em 2004. Seus fundadores, Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, tiveram a ideia de uma nova rede social e a elaboraram ainda quando eram estudantes, na Universidade de Harvard, em Massachussets, nos Estados Unidos. Disponível em: <<https://www.significadosbr.com.br/facebook>>. Acesso em: 22 fev. 2019.
2. Consultar, por exemplo, as seguintes revistas, que não só trouxeram Dilma Rousseff em sua capa, mas dedicaram uma grande reportagem sobre esse feito histórico: O Brasil eleger a primeira mulher Presidenta do Brasil. Veja, Edição Extra, edição 2189, Ano 43, Especial, Novembro de 2010; IstoÉ, Edição Histórica, Ano 34, Isto É Edição Especial, Nº 1, Nov/2010 e Carta Capital, Edição Especial, Ano XVI, Nº 620, 03 de Novembro de 2010.
3. A Revista *IstoÉ* traz uma imagem da presidente eleita, onde apenas se vê seus olhos, com a seguinte frase: Muda Já, Dilma: o Brasil exige ações imediatas e quer mais do que promessas e discursos. Ano 38, Nº 2345, 05 Nov/2014. A Carta Capital traz a imagem de DilmaRousseff virada de costas e com a seguinte frase: Quatro Anos pela Frente. A gestação do novo ministério. Ano XX, Nº 824, 05 Nov/2014. A *Veja*, sequer traz a presidenta reeleita em sua capa, prefere trazer o Juiz Sérgio Moro. Na parte superior da revista é que tem uma pequena imagem da presidenta no momento em que acena para seus apoiadores no dia da vitória, com a seguinte frase: “Mais Quatro anos. Manual de sobrevivência para o segundo mandato de Dilma”. Edição 2398, Ano 47, Nº 45, 05 Nov/2014.
4. Segundo o sociólogo e autor do Dicionário de Sociologia, Allan G. Johnson, “a misoginia é uma atitude cultural de ódio às mulheres porque elas são femi-

ninas”, e ainda: “a (misoginia) é um aspectos central do preconceito sexista e ideológico, e, como tal, é uma base importante para a opressão de mulheres em sociedades dominadas pelo homem. A misoginia é manifesta em várias formas diferentes, de piadas, pornografia e violência ao auto-desprezo que as mulheres são ensinadas a sentir pelos seus corpos” (SHERMAN, 2012). Disponível em: <<http://ethosproject.blogspot.com.br/2012/04/misoginia-e-machismo.html>>. Acesso em: 26 maio 2016.

5. Neste *paper* adotamos a noção de imagem pública proposta por Gomes (2004), para quem: “A imagem pública de um sujeito qualquer é, pois, um complexo de informações, noções, conceitos, partilhados por uma coletividade de qualquer, e que o caracterizam. Imagens Públicas são concepções caracterizadoras. [...] Caracterizar, portanto, é estabelecer uma personalidade e uma personagem, uma forma de existência em si mesma e uma forma de existência para fora, de existência representacional, de imagem” (GOMES, 2004, p. 254-255).

6. Consultar as seguintes páginas: <<https://www.facebook.com/pages/Dilma-Sapatao/1393692150893618?fref=ts>>. Acesso em: 31 maio 2015; <<https://www.facebook.com/pages/DILMA-VADIA/390752141045603?fref=ts>>. Acesso em: 31 maio 2015; e <<https://www.facebook.com/pages/Impeachment-da-maldita-Dilma/877477795597879>>. Acesso em: 31 mai 2015, respectivamente.

7. Disponível em: <<https://contrafcut.com.br/noticias/entidades-lacam-nota-de-repudio-aos-ataques-sexistas-contra-dilma-a82d>>. Postado em 02/07/2015. Acesso em: 15 dez. 2020.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, Tales. *Dilma Rousseff e o ódio político*. São Paulo: Hedra, 2015.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Gênero. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas. *Mulheres na Filosofia*, v. 6, n. 3, p. 33-43, 2020. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/genero/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ÁLVARES, Luzia. *Mulheres na Política e Misoginia*. 2014. Disponível em: <<http://politicaecronicas.blogspot.com.br/2014/10/mulheres-na-politica-e-misoginia.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff – a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papiрус, 1994.

BARBOSA, Claudia de Faria. *Presença feminina na política: cidadania e os espaços “público e privado”*. Artigo apresentado no Grupo de Trabalho: Política e Feminismo. Coordenado por Ana Alice Costa e Maria Salete da Silva, realizado na UFBA, no ano de 2008.

BATISTA, Camila Lima. *Análise histórica sobre os direitos políticos das mulheres no Brasil*. Artigo apresentado no Grupo de Trabalho: Política e Feminismo. Coordenado por Ana Alice Costa e Maria Salete da Silva, realizado na UFBA, no ano de 2008.

- BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, n. 34, Campinas jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644984/0>>. Acesso em: 27 nov. 2017.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades*. Limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- CARTA CAPITAL. Ano XVI, n. 620, 03 nov. 2010.
- CARTA CAPITAL. Ano XX, n. 824, 05 nov. 2014.
- COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: Uma trajetória do espaço privado ao público. *Psicologia Política*. v. 9, n. 17, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n17/v9n17a06.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DILMA DIZ QUE DESEMPREGO preocupa e que sofre preconceito. *Terra*, 26 jun. 2015. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/dilma-diz-que-desemprego-preocupa-e-que-sofre-preconceito,e013feb3d0c31b74785cfac1b9001256_xpi9RCRD.html>. Acesso em: 05 jul. 2016.
- DUVIVIER, Gregório. Xingamento. *Folha de São Paulo On-line*, 06 jan. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregorio-duvivier/2014/01/13_93513-xingamento.shtml>. Acesso em: 28 maio 2015.
- ELIAS, Rodrigo. Mulheres em conflito. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, São Paulo, jun. 2015.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- GOMES, Wilson da Silva. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- ISTOÉ. Ano 34, n. 1, nov. 2010.
- ISTOÉ. Ano 38, n. 2345, 05 nov. 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio Convexo*. Mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Gênero e Política na mídia brasileira*. [2011?]. Disponível em: <http://www.mulheres.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-midia/genero_e_politica_na_midia.pdf>. Acesso em: 28 maio 2015.
- MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano. *O ódio como política*. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MIGUEL, Luis Felipe. *O Colapso da Democracia no Brasil*. Da Constituição ao Golpe de 2016. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MOVIMENTO DE MULHERES REPUDIA ADESIVOS com mensagem sexista e uso da imagem da presidenta. 2015. Disponível em: <<http://portal.pters.org.br/2015/07/nota-de-repudio-movimento-de>>

-mulheres-repudia-adesivos-com-mensagem-sexista-e-uso-da-ima-
gem-da-presidenta/>. Acesso em: 02 jul. 2015.

MOTA, Joaquim. Uma pessoa para namorar Dilma. *Jornal Correio Po-
pular*. Campinas, 21 mar. 2016.

PAIVA, Raquel. *Política: palavra feminina*. Rio de Janeiro: Mauad X,
2008.

PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. Uma presidente fora de
si. Bastidores do planalto nos últimos dias mostram que a iminência
do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as con-
dições emocionais para conduzir o país. *Revista Isto É*, ano 39, n. 2417, p. 32-
39, 06 abr. 2016.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes Femininas na Política: uma análise
sobre mulheres parlamentares no pós-constituinte*. Brasília: Secretaria
Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Dilma – uma mulher política. In: RUBIM,
Linda; ARGOLO, Fernanda (Org.). *O Golpe na perspectiva de Gênero*.
Salvador: EDUFBA, 2018.

PRIORI, Claudia; POLATO, Adrana Delmira Mendes. Signos ideológi-
cos e conceitos axiológicos: uma proposta interdisciplinar para leitura
de um adesivo obscuro. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 17, n. 2,
2016.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento
ou militância? In: GALLEGO, Esther Solano. *O ódio como política: A
reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GALLEGO, Esther Solano. “Imposto é roubo!” A formação de um con-
trapúblico ultraliberal e os protestos pró-*impeachment* de Dilma Rou-
sseff. In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (Orgs.). *As Direitas nas
redes e nas ruas: A crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular,
2019.

RODRIGUES, Carla. *A difícil tarefa de reagir a misoginia*. 2014. Dispo-
nível em: <[http://www.diariodocentrodomundo.com.br/dilma-virgula-
-muda-mais/](http://www.diariodocentrodomundo.com.br/dilma-virgula-
-muda-mais/)>. Acesso em: 19 jun. 2014.

ROSSI, Marina. *Mulheres na Política e Misoginia*. 2010. Disponível em:
<[http://politicaecronicas.blogspot.com.br/2014/10/mulheres-na-politi-
ca-e-misoginia.html](http://politicaecronicas.blogspot.com.br/2014/10/mulheres-na-politi-
ca-e-misoginia.html)>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ROSSI, Marina. Vaca, até quando? *El País*, São Paulo, 9 mar. 2015.
Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/09/politi-
ca/1425911342_272443.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/09/politi-
ca/1425911342_272443.html)>. Acesso em: 15 mar. 2015.

ROUSSEFF, Dilma. Blog da Dilma. 2010. Disponível em: <[http://blog-
dadilma.blog.br/](http://blog-
dadilma.blog.br/)>. Acesso em: 27 abr. 2010.

ROUSSEFF, Dilma. Blog da Dilma. 2012. Disponível em: <[http://blog-
dadilma.blog.br/](http://blog-
dadilma.blog.br/)>. Acesso em: 24 dez. 2012.

SAKAMOTO, Leonardo. *Precisa de coragem para chamar uma mulher
de vaca da janela do prédio*. 2015. Disponível em: <[http://blogdosaka-
moto.blogosfera.uol.com.br/2015/03/08/e-preciso-coragem-para-cha-](http://blogdosaka-
moto.blogosfera.uol.com.br/2015/03/08/e-preciso-coragem-para-cha-)

mar-uma-mulher-de-vaca-da-janela-do-predio/>. Acesso em: 08 mar. 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Sociedade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jun./dez. 1996.

SHERMAN, Carlos. *Misoginia e machismo*. Disponível em: Disponível em: <<http://ethosproject.blogspot.com.br/2012/04/misoginia-e-machismo.html>>. Acesso em: 26 maio 2016.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O Estado Espetáculo*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

TIBURI, Marcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Org.). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: EDUFBA, 2018.

VEJA. Ano 43, n. 2189, nov. 2010.

VEJA. Ano 47, n. 45, 05 nov. 2014.

VILLA, Marco Antonio. *Um País Partido: 2014 – a eleição mais suja da História*. São Paulo: LeYa, 2014.

#ISTOÉMACHISMO: feministas repudiam capa da revista IstoÉ sobre Dilma. *Sul21*. 02 abr. 2016. Disponível em: <sul21.com.br/ta-na-rede/2016/04/istoemachismo-feministas-repudiam-capa-da-revista-isto-e-sobre-dilma/>. Acesso em: 12 dez. 2020.